



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007531-69.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **GERALDA MARIA DA SILVA LOPES**
Requerido: **MAGAZINE LUIZA S.A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que em fevereiro de 2015 adquiriu da ré **MAGAZINE LUIZA** um aparelho de telefonia celular e no ato da compra foi convencida a firmar contrato para recargas no importe de R\$ 41,90 mensais.

Alegou ainda que mesmo sem ter havido qualquer recarga em seu celular ao longo do tempo aquele montante vem sendo descontado em seu cartão.

Almeja à devolução do que lhe foi debitado, bem como à declaração da inexigibilidade de tais somas.

As matérias preliminares arguidas em contestação pelas rés entrosam-se com o mérito da causa e como tal serão apreciadas.

A leitura das peças de resistência oferecidas pelas rés evidenciam que uma procurou transferir à outra a responsabilidade pelos fatos noticiados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Nesse sentido, o **MAGAZINE LUIZA** esclareceu que se limitou a ceder à corré um *stand* em seu estabelecimento para que ela realizasse a venda de pacotes telefônicos, de sorte que não teria ligação com o episódio trazido à colação (fl. 16).

Já a **CLARO**, depois de assinalar na contestação a inexistência de contrato com a autora (fls. 44/45) e de ser instada a pronunciar-se sobre os documentos de fls. 03/ 05, 07 e 09 (fl. 68), salientou que incumbiria à corré indicar a origem dos débitos discutidos (fl. 72).

É certo que diante de tal panorama a responsabilidade das rés transparece clara, resultante da solidariedade entre todos os participantes da cadeia de produção prevista no art. 18 do CDC.

Oportuno trazer à colação o magistério de **RIZZATTO NUNES** sobre o assunto:

“O termo fornecedor, conforme já explicitado no comentário ao art. 3º, é o gênero daqueles que desenvolvem atividades no mercado de consumo. Assim, toda vez que o CDC refere-se a ‘fornecedor’ está envolvendo todos os participantes que desenvolvem atividades sem qualquer distinção.

E esses fornecedores, diz a norma, respondem ‘solidariamente’. (Aliás, lembre-se: essa é a regra da responsabilidade do CDC, conforme já demonstrado).

Dessa maneira, a norma do caput do art. 18 coloca todos os partícipes do ciclo de produção como responsáveis diretos pelo vício, de forma que o consumidor poderá escolher e acionar diretamente qualquer dos envolvidos, exigindo seus direitos” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 6ª edição, p. 307).

É óbvio, como decorrência da solidariedade, que poderá o comerciante acionado para a reparação dos vícios no produto *“exercitar ação regressiva contra o fabricante, produtor ou importador, no âmbito da relação interna que se instaura após o pagamento, com vistas à recomposição do status quo ante”* (**ZELMO DENARI** in “Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto”, Ed. Forense, 10ª edição, págs. 222/223), de sorte que não se cogita da aplicação do art. 14, § 3º, inc. II, do mesmo diploma legal.

Ademais, não se perquire sobre o elemento culpa em situações dessa natureza, porquanto a responsabilidade do fornecedor é objetiva, consoante orientação consagrada no Código de Defesa do Consumidor.

A hipótese vertente, aliás, constitui exemplo do acerto desse diploma legal em contemplar a solidariedade aludida, evitando assim dificuldades para a definição de quem deveria arcar com as consequências como as aqui verificadas.

Se o **MAGAZINE LUIZA** se dispõe a ceder em seu estabelecimento espaço para a corré, aufere vantagens com isso.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Não pode, portanto, eximir-se pelas condutas dessa como se nenhuma ligação tivesse com ela, sendo certo que as mesmas somente acontecem em decorrência daquela cessão.

Já à **CLARO** é inconcebível que de maneira simplista sustente que desconhece os fatos, sobretudo a partir dos documentos de fls. 03, 05, 07 e 09 (todos eles demonstram que os descontos no cartão da autora tiveram essa ré como beneficiária).

Em suma, a condenação abarcará ambas as rés, cabendo a elas resolverem entre si ou em ação própria a delimitação da responsabilidade de cada uma.

O quadro delineado, aliado à inexistência de outros elementos que apontassem para direção contrária, denota que prospera a pretensão deduzida.

Positivou-se a fl. 28 que as recargas contratadas não tiveram vez, o que faz com que a autora deva receber de volta as quantias que lhe foram indevidamente descontadas a esse título, declarando-se a inexigibilidade dos débitos correspondentes.

É o que basta ao acolhimento da postulação exordial.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade de todos os débitos lançados no cartão de crédito da autora no montante de R\$ 41,90 mensais, bem como para condenar as rés a restituírem à autora o valor de R\$ 167,60 (correspondente aos débitos de abril a julho de 2015) e dos débitos vincendos a partir da propositura da ação, acrescida de correção monetária, a partir da efetivação de cada um dos débitos, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a determinação contida no item 2 do despacho de fl. 37, estendendo a obrigação a ambas as rés, e fixo para a hipótese de descumprimento a pena pecuniária de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por débito irregular porventura verificado.

Caso as rés não efetuem a restituição determinada no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Quanto à obrigação de fazer (fl. 37, item 2), intinem-se as rés pessoalmente para cumprimento imediato e independentemente do trânsito em julgado da presente (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 29 de janeiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**